



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA
Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Centro de Treinamento e Desenvolvimento - CETREDE
Especialização em Docência do Ensino Superior

Antonia Josilene Pinheiro Rocha

**EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ADOLESCENTES NAS
ESCOLAS**

FORTALEZA – CEARÁ
2010

Antonia Josilene Pinheiro Rocha

**EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ADOLESCENTES NAS
ESCOLAS**

Monografia apresentada á Coordenação do
Curso de Especialização em Docência do
Ensino Superior da Universidade Federal do
Ceará, para obtenção do grau de Especialista
em Docência do Ensino Superior.

Orientadora: Prof^a. Neide Fernandes Monteiro
Veras – Dr^a.

**Fortaleza - Ceará
2010**

Antonia Josilene Pinheiro Rocha

EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ADOLESCENTES NAS ESCOLAS

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Especialização em Docência do Ensino Superior, outorgado pela Universidade Federal do Ceará.

Data da aprovação _____/_____/_____

Antonia Josilene Pinheiro Rocha

Prof^a. Neide Fernandes Monteiro Veras Dr^a. - Orientadora
Universidade Federal do Ceará

Prof^a. Gláucia Maria de Menezes Ferreira
Coordenadora Didática-Pedagógica
Universidade Federal do Ceará

Dedicatória

Dedico esse momento tão especial da minha vida a realização dessa monografia a minha mãe querida, Juraci Pinheiro, além de mãe, foi para mim uma grande mulher, amiga, companheira, conselheira. (in memorium).

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, saúde e por ter me encorajado durante este curso, onde passei vários momentos difíceis, mas consegui vencer a longa caminhada.

A família que me apoiou em toda a trajetória da Pós-Graduação, em especial ao meu pai Pedro Pereira de Oliveira; às irmãs: Juracilda, Carminha, Josanira, aos irmãos: Paulinho, Augusto, Neto, Josinaldo.

Ao meu esposo José Carlos que sempre esteve presente na minha vida, ajudando e motivando sempre durante o curso.

Aos queridos filhos Carlos Eduardo e Carlos Germanos razão do meu viver.

Aos meus amigos que me ajudaram direta e indiretamente na realização de trabalhos, seminários e que comigo caminharam ao longo do curso, conversando, discutindo e trocando experiências.

A orientadora Prof^a. Neide Fernandes Monteiro Veras e a supervisora do estágio, Prof^a. Lindyr Saldanha, a Coordenadora do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior, Prof^a. Gláucia Maria de Menezes Ferreira, Livre Docente, aos demais professores, gestores da secretária do Cetrede e da limpeza.

À todos, meu muito obrigada!...

Escondido, o sexo? Escamoteado por novos pudores, mantido sob o alqueire pelas mornas exigências da sociedade burguesa? Incandescente, ao contrário. Foi colocado, já há várias centenas de anos, no centro de uma formidável "petição do saber". Dupla petição, pois somos forçados a saber a quantas andam o sexo, enquanto que ele é suspeito de saber a quantas andamos nós.

Michel Foucault

RESUMO

O estudo sobre A educação sexual para adolescentes na escola expressa como a sexualidade humana vem sendo socializada na educação formal, não formal e informal. Para tanto realizou-se uma pesquisa bibliográfica em acervos acadêmicos. Evidenciou-se que a educação sexual está oficializada no sistema educacional brasileira, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como um tema transversal. A escola e os gestores como os responsáveis pela formação do educando precisam refletir, questionar e propor alternativas para as práticas educativas direcionadas para a educação sexual. A família, também, se omite de fornecer educação sexual por desconhecimento técnico-científico ou devido aos preconceitos existentes em torno do mito sexo. Conclui-se que os saberes e conhecimentos sobre sexualidade não é um tema exclusivo da família e da escola, pois, os meios de comunicação de massa são, também, responsáveis pela educação sexual dos adolescentes.

Palavras – Chave: Educação, Sexualidade, Adolescente.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SEXUAL	12
3 Desenvolvimento da sexualidade	17
3.1 Experiência depois do nascimento	18
3.2 Experiência na adolescência	19
4 MATRIZES DE IDENTIDADE DO ADOLESCENTE	20
4.1 A família para o adolescente	20
4.2 Significado da escola para o adolescente	21
4.3 Elementos existenciais da adolescência	22
5 SEXUALIDADE: CONCEPÇÕES	24
6 O EDUCADOR NA DIVERSIDADE CULTURAL E RELIGIOSA	26
6.1 Saberes do educador sexual para as práticas educativa	27
6.2 A linguagem do professor	31
7 A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA	34
7.1 Abordagens de educação sexual	38
8 A REALIDADE SEXUAL DE ADOLESCENTES NO BRASIL	46
9 CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

Desde 1996, as escolas brasileiras passaram a contar com uma proposta inovadora em termos educativos: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Elaborados pelo Ministério da Educação, com o apoio de diversos especialistas, podem ser úteis não só para implantar conteúdos de Sexualidade e Saúde Reprodutiva, mas também na discussão de princípios democráticos como dignidade, igualdade de direitos, participação e responsabilidade (BRASIL, 1997).

Nos últimos anos a temática da Educação Sexual nas escolas públicas e particulares tem sido objeto de medidas legislativas e políticas específicas.

Para desenvolver os temas de Educação Sexual, trabalha-se com a linha participativa – construtivista, partindo do princípio de que a pessoa é capaz de construir o próprio conhecimento, tornando-se mais capacitado para entender e interpretar a realidade fazendo intervenções no mundo em que vive.

Segundo Combetta (1971), aprender já não significa acumulação de dados, mas sim representa a adaptação satisfatória do aluno às situações, através das mudanças de comportamentos.

Educar é um processo que tem início com o nascimento, e, portanto, a Educação Sexual deve ser integrada, desde esse momento e em comunhão com a educação dos pais, encarregados da educação como um todo. Assim, torna-se necessário definir claramente os objetivos da educação sexual, aferir e aumentar os conhecimentos sobre a Sexualidade, preparar um programa e treinar as capacidades pedagógicas dos docentes, fomentando a participação e o debate entre várias posições teóricas. (FRADE, 1999).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mediante a Lei nº. 8.069 de 13 de junho de 1990 (1990) define que todas as crianças e adolescentes têm direitos à proteção integral, e que são sujeitos com direitos especiais porque são pessoas em processo de desenvolvimento. O Art. 11 do ECA enfatiza:

É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (BRASIL, 1990).

Muitos dos receios em torno da educação sexual devem-se à idéia redutora do conceito de sexualidade. A Sexualidade, para a maior parte das pessoas, resume-se ao sexo e ao sistema reprodutor. É verdade que a reprodução é um componente indispensável nos programas de Saúde sexual e reprodutiva, mas a sexualidade é muito mais abrangente. A Sexualidade "é uma força viva no indivíduo, um meio de expressão dos afetos, uma maneira de cada pessoa se descobrir e descobrir os outros." (MOITA APF, 1998, p. 159).

A maioria dos professores pode realizar um trabalho em educação sexual e, sem restringir seu desempenho ao plano intelectual – cognitivo, de provedor de informações e conhecimentos para os educandos. Portanto, os docentes devem sensibilizar aos alunos para a necessidade de mudar valores e atitudes e à relação entre os gêneros. Os alunos diferem entre si e, por isso, necessitam de diferentes tipos de aprendizagem para seu desenvolvimento. Para que se obtenha uma aprendizagem eficaz é indispensável, portanto, que cada professor ao planejar e ministrar suas aulas selecione e organize os procedimentos de ensino.

Segundo Taba (1974), os procedimentos didáticos do ensino-aprendizagem indicam a necessidade de uma ordenação equilibrada nas formas de aprendizagem e nas condições sob as quais estas têm lugar, para que exista igualdade de oportunidades para aprender.

Esse trabalho relata como a educação sexual vem se processando nas escolas públicas de ensino fundamental, trazendo à tona, as narrativas dos escolares sobre o sexual dentro do contexto escolar e a busca desses alunos por uma "verdade" sobre o sexo, que na maioria das vezes é procurada longe das casas

e fora da escola, pois esta – espelho da sociedade – como num jogo de “esconde-esconde”, esconde, revela e camufla a sexualidade. A proposta foi não só compreender, mas também compartilhar com o leitor, essa busca que com, certeza gerará questionamentos até que os “tabus” sejam efetivamente desvelados.

Na maioria das vezes, as crianças/adolescentes são silenciadas para esse tema e induzidas a questionar e responder de acordo com o padrão de conduta e moral pré-estabelecidos. Entram no “jogo” e fazem perguntas do tipo que agradam ao adulto e, particularmente, ao professor fora do meio escolar e, entre elas, há uma busca por outras formas de conhecer as “verdades” sexuais que possam responder as suas ansiedades e busca pelo contato efetivo com o(s) outro(s) de seu afeto.

Enfim, busca-se um caminho que já começa a ser trilhado com a criação de um espaço de discussão sobre sexualidade e que pode ser ampliado, ou mesmo, melhor aproveitado para que o tabu sobre o sexo nas escolas seja quebrado.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SEXUAL

O sexo e a sexualidade foram entregues aos médicos e às ciências não por acaso, mas por serem parte “de modelos lógicos de conhecimento e social disciplinar instaurados desde o século XVIII” (MARANHÃO, 2000). Com o credo liberal, surgem as teorias sobre o comportamento humano que dão primazia ao intelecto, desprezando as demais dimensões do conhecimento humano, principalmente as emoções, os sentimentos e o prazer, denominando essas dimensões como pertinentes ao ócio, à negação ou ausência de trabalho.

A sexualidade sempre aparece atrelada na sua origem à repressão, à interdição, firmada desde o momento da passagem do sexo natural para o sexo cultural, simbolizado e sujeitável.

Porém com a consolidação da sociedade capitalista, com a busca do mercado e de lucros, surge um novo modo de pensar. A força de trabalho aparece desprovida de capital e sujeita a trabalhar para viver e ocasionando a obtenção do lucro pelo detentor do capital. A visão de mundo individualista subjacente ao liberalismo clássico ascende, então, junto com esse capitalismo. (REIS, 1999)

O Estado passa a assumir funções que respaldem e estimulem as atividades lucrativas, protegendo a propriedade privada, e apresentando argumentos de proteção ao trabalhador. O ser humano passa a ter direitos, não naturais, direito à independência, à autonomia e à liberdade, numa perspectiva individual.

A perspectiva capitalista, surgem novas teorias sobre o comportamento humano, atreladas à necessidade de uma “nova ética que se implanta e o credo

liberal é sustentado por teorias que afirmam que as motivações humanas são egoístas e se originam no desejo de obter prazer e eliminar a dor”. (*op. cit.* p. 47).

Inicia-se, então, verdadeira economia dos prazeres. Fecham-se os prazeres na família conjugal burguesa, no sentido da privatização e economia dos bens e recursos. Desenvolve-se toda uma educação dos prazeres sexuais na primazia do silêncio e nas restrições. Dominam-se os corpos e o sexo, expressões primária, final e integral de todos os prazeres. Separam-se adultos e crianças. Polarizam-se estrategicamente o quadro de capital. Segregam-se relativamente às atividades de meninos e meninas. (FOUCAULT, 1999, p. 120)

A sociedade se mostra sob a dicotomia trabalho/prazer e, assim, na família burguesa tem-se instalada uma rede de sexualidades fragmentadas e móveis, garantida pela vigilância, exortações, medos, presenças e segredos, molda-se o homem. “Mostra-se mais o sexo, enquanto muito se exorta escondê-lo”. (*op.cit.* 126).

Nesse período, Malthus *apud* (REIS, *op.cit*) surge à teoria que serve de marco para uma educação do controle social da população, justificativa para a elaboração de políticas públicas de educação e saúde controladoras escondidas sob a fórmula de planejamento familiar. Os pobres são responsabilizados pelo seu fracasso por sua proliferação e indolência, culpando-os por sua fome e miséria, retirando a responsabilidade das políticas.

O sexo se torna o ponto ideal onde o poder se organiza, escondendo-se e redimensionando-se a cada movimento de resistência, mostrando-se nas captações dos corpos, na materialidade de suas forças, de suas energias, de suas sensações e prazeres, pois como *lócus* de pulsão de singularidade e pluralidade, deve ser refreado e controlado, para manter o poder da classe hegemônica.

A educação sexual consolida-se cientificamente com o capitalismo e aparece delimitando o proibido e o permitido, dentro de regras ligadas ao poder, preferencialmente encadeada em torno de uma rede discursiva que articula poderes e saberes. As estratégias se formam situando o sexo entre os conceitos da sexualidade e as ciências biológicas de reprodução, para controlar e “desmontar” o que nascia.

O sexo é tido como instrumento para reconhecimento das “classes superiores” que se destacam por terem saúde, pureza, higiene etc. Mas, aos poucos, a sexualidade assim constituída é estendida aos trabalhadores por políticas ligadas à saúde do corpo e do sexo por necessidades da natureza econômica e pelo custo social que o não-atendimento acarretaria.

Foucault ao desconstruir a idéia de que as representações sobre a sexualidade são fixas, demonstrando que cada época, cada cultura e até mesmo cada subcultura produz dispositivos específicos no que diz respeito ao exercício das práticas sexuais, às formas institucionais de controle destas práticas e à própria organização social da sexualidade, entende-a como conjunto de efeitos produzidos nos comportamentos, nos corpos, nas relações sexuais, por mecanismos e técnicas complexas. Nestas últimas se inscrevem os processos educativos e, a partir daí, pode-se supor que a educação sexual escolar traz como pressuposto a construção de uma consciência acrítica, que se por um lado prepara uns poucos para o mando, por outro, adestram-se muitos para obedecer (apud REIS, 1999, p. 15)

A partir do século XIX

O poder sobre o sexo em seu movimento cede lugar da ênfase à repressão sexual como forma de exortação e intensificação dos resultados.(...) A educação para o sexo se realiza através de múltiplos mecanismos de sexualização, que penetram nas classes em três etapas sucessivas: em torno da natalidade, da família canônica e do controle judiciário e médico das perversões em nome da proteção social e radical. (COSTA, 1998, p. 29).

Através do que o sexo revela e esconde está, o pilar liberal que se mostre profundamente sólido (mesmo que transmutado para uma perspectiva neo-liberal) fundamentado no fortalecimento de privilégios da classe hegemônica e no apagamento das diferenças.

O Brasil se insere nesse contexto capitalista como um País do Terceiro Mundo que precisa ser controlado para um melhor aproveitamento internacional das suas finanças (fruto de exportações e explorações), para que esse controle seja mais eficiente é necessário controlar a natalidade e a mortalidade das classes mais desfavorecidas, para que estas possam se transformar em mão-de-obra barata e, assim, possam consumir algo. Para que isso seja possível, organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), a Ciência e a Cultura, agem para que a educação sexual e os hábitos sexuais sejam transformados.

Deste modo, podemos perceber a intervenção do Estado nas ações educativas relativas à sexualidade. Intervenção histórica que no viés dos desdobramentos freqüentes impostos por meio de estratégias diversas colocadas por tais organismos internacionais visam apenas, os interesses exclusivos de controle da massa popular do Terceiro Mundo e a sujeição a suas classes dominantes específicas com a finalidade de acelerar a acumulação do capital internacional e sua reprodução com a maior segurança possível. (FOUCAULT, 1999, p. 98).

A pedagogia higienista, baseada nesse propósito, vem valorizar os aspectos biológicos e os hábitos saudáveis, começando a incutir costumes nas crianças mais jovens consideradas como assexuados hábitos de higiene em que a prática ou não destes seria da responsabilidade deles, assim como das condições de moradia, sem fazer nenhuma reflexão social desses problemas. Após essa valorização da higiene nas crianças, os adolescentes deveriam receber informações sobre reprodução de plantas, animais e humanos, definindo a sexualidade como reduzida a esses aspectos e, novamente, sem relacioná-la com prazer, mas ao consumo como critério para satisfação das necessidades básicas.

A Educação Sexual se baseia na concepção que as massas populares devem ser controladas, e que o controle social e político deve ser exercido para conter toda ordem de doenças, moralidades e desordens onde se inclui o aumento indiscriminado da população, leia-se mais pobre, este fato considerado de forma invertida, como elemento fundamental das desigualdades sociais. (NUNES, 1999, p. 47).

A educação, assim como a maioria das ciências humanas e sociais, tem se mostrado quase que indiferente ao tema, reforçando os aspectos biológicos e/ou negando esse estudo no contexto educacional. Como exemplo tem-se a falta de estudo sobre o tema nas universidades e nos cursos de formação de professores. A sexualidade, na educação, é confundida com sexo e é explicada na sexologia.

Na década de 70, o enfoque cognitivista vem auxiliar a análise da ação e da criatividade humana em relação à sexualidade surge o construtivismo. Os trabalhos em torno desse enfoque são elaborado mediante a contribuição da antropologia, da sociologia e de áreas afins. Esta abordagem sugere que a sexualidade seja mediada por fatores históricos e sociais.

Na pedagogia, embora, se viva em tempos de construtivismo e interacionismo, o núcleo da sexualidade continua sendo a reprodução, centralizada na discussão do sexo e na genitália, afirmando-se como fundamento a universalidade e o biologicamente determinado, como consequência do silêncio que se faz em torno do tema. (GALLO, 2000, p. 56).

As escolas, porém, como espaços culturais marcados por relações complexas de dominação e resistência, ao invés de se abrirem ao construtivismo, continuam mantendo o discurso oficial que despolitiza a noção de cultura e descarta a resistência. “Dominação, poder e conhecimento são silenciados passando a servir de mediadores das circunstâncias de classe, de cultura e de gênero na reprodução aproximada das relações capitalistas”, (UBERTI, 2000, p.34).

O que se observa nas escolas é um discurso de que a instituição educativa está transformada, mas na verdade as relações escolares não conseguem ir além do controle e da manutenção do poder.

No contexto escolar, o estudo sobre a sexualidade sempre se manteve distante do social, em face da dominação, do poder e do conhecimento inadequados dos gestores educacionais. Os educadores silenciam aos diversos segmentos sociais fatos relativos as relações de classe, de cultura e de gênero, parece não existir na escola qualquer relação com a sexualidade e estes acontecimentos não podem ser discutidas, porque isso ameaça o controle social. A escola mantém a ideologia liberal para que se controle a sexualidade e ação dos indivíduos, impondo regras que estão aliadas ao fortalecimento das classes hegemônicas.

Esse histórico poderia ser terminado com uma nova abordagem sobre a sexualidade, mas no contexto atual que foi veementemente influenciado pelo “neoliberalismo” esta transformação não é possível uma vez que a educação continua com os mesmos pressupostos. Antes de ser pessimista, percebe-se poucas iniciativas de tratar a educação como algo transformador e que vai além da manutenção do poder dominante. Essas iniciativas, muitas vezes, são pressionadas e sufocadas pela sociedade, mas mesmo assim demonstram resistência a esse novo modelo sócio-educativo. Fica aqui a expectativa de que novas iniciativas surjam e a educação seja realmente algo que possibilite a reflexão. A educação da sexualidade pode aparecer não como algo permitido ou proibido, mas como algo a ser pensado e subjetivado.

3 DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE

Como existe o impulso libidinoso (FREUD, apud BRAGHIROLI, 2010) o adolescente busca a sexualidade sem muito conhecimento. Esta situação o faz iniciar práticas sexuais de modo inadequado, logo, é importante que se conheça um pouco da longa trajetória que compõe a formação da sexualidade humana.

Diante deste pressuposto indaga-se: quando a sexualidade começa? Essa seria uma questão bastante complexa. Na realidade a sexualidade não tem início (um marco), mas se forma, com o acúmulo de sensações instintivas prazerosas, desde o momento em que o indivíduo tem capacidade de registrá-las em seu sistema nervoso. Por conseguinte, a sexualidade é física, vivida no corpo e, depois, se amplia para as emoções. A sexualidade não é apenas sexo, mas muito mais que uma realização física e engloba toda uma série de experiências de bem-estar geradas por confortos físicos e emocionais, devido o auto-contato. Carinhos, relacionamentos com outras pessoas, toques físicos e, até o sexo propriamente dito expressam que a sexualidade está se apropriando do ser humano. A compreensão dessa magnitude da sexualidade é um dos aspectos mais importantes para melhor compreendê-la.

Em casos raros, o desenvolvimento sexual pode ocorrer de forma incompleta, trazendo má formação fetal, como as anomalias observadas nos intersexos hermafroditas e outros tipos. Nesta situação, pode haver atrofia física ou órgãos externos trocados com os internos. Esse desenvolvimento fora de padrão não impede, no entanto, que o indivíduo possua uma identidade sexual que se forma no início da infância, apenas provoca problemas com relação à funcionalidade física dos órgãos e/ou em relação à funcionalidade da fertilidade, devidos a aparência externa da genitália. Os órgãos sexuais não têm uma importância específica para o

desenvolvimento da sexualidade do bebê durante a gravidez, apenas no futuro serão os catalisadores das sensações sexuais.

3.1 Experiências depois do nascimento

Quando se nasce são somadas à sexualidade humana novas sensações descobertas: o toque com outros materiais (com a pele de pessoas, com a roupa, o ar), a percepção térmica (frio, calor, seco), o odor (cheiro de leite, cheiro da mãe...) e sons. Também são experimentadas novas sensações provocadas por outra necessidade: a fome; que vem junto com a percepção da saciedade, garantida pelo mamar (BRAGHIROLI, 2010).

A criança já se percebe como “alguém”, experimentando o início de sua identidade. Sente-se, baseando-se não no que dizem dela, mas no que percebe e sente de si mesma. É nessa fase, entre 1 ano e 8 meses até 2 anos e meio, em média, que se identifica também sexualmente como menino ou menina. Essa identidade sexual é individual, não está sujeita as interferências externas e se perpetua durante a vida. A criança sabe se é menino ou menina. Ela sente isso antes mesmo de ter consciência do significado atribuído aos seus órgãos sexuais externos, que só ocorrerá mais tarde. A maioria sentirá na sua identificação, o que mais tarde (aos 3 anos e meio, 4 ou 5) será confirmado, quando relacionar o sexo genital com o ser: menino- pênis, menina-vagina. (ID IBID).

Uma exceção de caso é identidade oposta ao sexo biológico; não à toa, tentam escondê-los, extirpá-los ou modificá-los com a realização de tratamentos e cirurgias hoje disponíveis. Sentem-se “fora do corpo do que são verdadeiramente”, infelizmente, ainda hoje boa parte de pais, professores e adultos, ao invés de acolhê-los e apoiá-los na resolução de suas angústias, passam a pressioná-los para que se adeqüei ao sexo físico, ou seja, àquilo que eles não são! É muito importante compreender que esta identidade sexual sentida não tem relação com preferências ou práticas sexuais, importante não se configura como hetero, bi ou homossexualidade, mas sim com “o que eu que sou”.

Como se pode perceber, a sexualidade tem sua gênese no desenvolvimento embrionário, continuando durante todo o viver na sociedade.

3.2 Experiências na adolescência

A pré-adolescência traz mudanças hormonais. Essas mudanças não trazem apenas alterações físicas:

- nos meninos – engrossamento da voz, crescimento dos testículos e do pênis, aparecimento da barba e bigode e pêlos no corpo, no púbis e nas axilas;
- nas meninas - afinação da voz, crescimento dos seios, aumento do volume dos quadris e coxas, crescimento dos pêlos no púbis e nas axilas e o início da ovulação, que traz a menstruação.

As alterações são também mentais (adequação ao novo corpo, busca de nova identidade, insegurança) e no modo de se relacionar idealmente (aproximação de amigos e namorados, busca de referências no grupo, atração física). Esse movimento ocorre em direção a pessoas que também alteraram seus hormônios, pelo efeito de atração dos feromônios, que guia a busca de contato com outros que também exalam hormônios, eventualmente transformado em parceiros. Por isso, a experiência da sexualidade nessa fase inclui contato ou brincadeiras físicas com amigos(as), início de toques mais intensos em parceiros, com carinhos, abraços, mãos dadas, beijos, fidadas e, até, relações sexuais. A atração física leva ao toque e, um dia qualquer, definido pelos próprios jovens como “oportuno”, pode levar ao sexo. Motivo pelo qual é tão importante que a orientação da paternidade e da maternidade planejada e as formas de contracepção seja tão fundamentais nessa fase e devam ser introduzidas logo (e ao longo) dessas mudanças físicas: para evitar situações de risco desnecessárias. Também a informação e a orientação do uso de preservativos para a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DST), inclusive a aids, devem ser explicitadas. A sexualidade passa a ter um caráter predominantemente de contato sexual dessa fase até o final da juventude, consolidando-se conforme as orientações de desejo e impulso sexual. (MASTERS; JOHNSON; KOLODINY, 1997).

4 MATRIZES DE IDENTIDADE DO ADOLESCENTE

4.1 A família para o adolescente

A família tem, geralmente, um significado duplo: por um lado, é a fonte de suprimento de suas necessidades vitais, é a responsável por introduzi-lo no mundo, na cultura, preparando-o para as funções de adulto. Mas por outro lado, a família representa um dos primeiros obstáculos que o adolescente tem de vencer para conquistar sua independência pessoal e emocional, (CAVALCANTI, 1987, p.18).

Na adolescência, a família será um dos primeiros alvos das críticas e julgamento do jovem.

Entretanto, a atitude que a família tem, para com o jovem, pode produzir impactos significativos sobre seu psiquismo e futuro desenvolvimento pessoal. Por exemplo, quando a família, na figura dos pais, é exigente, é obcecada com aperfeiçoamento dos filhos, é perfeccionista e traça uma série de expectativas com relação ao adolescente, essas atitudes tendem a criar, no jovem, um profundo dilema, entre querer corresponder às expectativas e não se sentir capaz de consegui-lo. Segundo, Cavalcanti, nessas situações, o adolescente enfrenta crises de frustração que se evidenciam por um sentimento de inferioridade e de insegurança, exteriorizado sob o rótulo de ansiedade permanente e atitudes negativas em relação a si mesmo, (CAVALCANTI, *op.cit*,p.224).

Outro tipo de atitude da família, que pode gerar problemas para o desenvolvimento do adolescente, é a superproteção: pais que perpetuam o “cordão umbilical psíquico”, que têm, na expressão de Cavalcanti (1987), “mil olhos, mil braços, mil ouvidos, são onipotentes e oniscientes, transformando os adolescentes em marionetes”.

A reação do jovem a estes pais é ambivalente e conflituosa. De um lado, busca a liberdade e a independência, o desejo de escolher e de decidir; de outro lado, está o apelo ao comodismo, à vantagem de ser protegido, alvo de atenções e “mordomias”. Esta ambigüidade gera, também, reações ambíguas no adolescente: ou um sentimento agudo de frustrações e de revolta contra os pais, ou um comportamento regressivo, do tipo infantil (CAVALCANTI, *op.cit.* p.312).

Outro tipo de atitude, ainda, é a de frieza e distanciamento dos pais em relação aos filhos: ausência de diálogo, de carinho, de calor humano, desinteresse pelo que o adolescente faz ou pensa. Em geral, o jovem reage a este tipo de atitude, com muita agressividade, hostilidade ou cinismo.

Estes são alguns tipos de atitudes familiares que têm repercussões negativas sobre o jovem adolescente.

Mas, se pelo contrário, o ambiente familiar for equilibrado, se o adolescente for cercado por um clima de aceitação consciente, se suas atitudes (ambigüidades, revoltas explosivas) forem corretamente compreendidas, se o seu “espaço” for respeitado, a família significará, então, um espaço construtivo e rico, um “porto-seguro” ao qual sempre poderá retornar, sem medo de ser rejeitado, um espaço voltado para liberdade (CAVALCANTI, *op.cit.*, p.356).

4.2 Significado da escola para o adolescente

Segundo Cavalcanti (1987), a escola é também um dos agentes sociais da maior importância no processo de transformar a criança em um membro da sociedade. É na escola que o jovem começa a ter os primeiros contatos com figuras de autoridade, além dos pais e da família.

A escola é, geralmente, para o adolescente, um espaço imenso de “prática” social: ali ele terá de aprender a sujeitar-se a outras autoridades, a conviver com colegas, a responsabilizar-se por determinadas tarefas e a ser cobrado por elas;

deverá, também, aprender a resolver seus problemas sozinho, e a criar os “seus espaços”, cultivar suas amizades e seus grupos.

A figura do docente, tanto pode ser um modelo, um estímulo, um ponto de referência seguro, como pode significar, também, uma ameaça, uma incerteza, um desconforto. Dependerá muito do professor e também, é claro, do adolescente e sua história de vida.

É importante lembrar que, para estes elementos sociais que abordamos aqui, os relacionamentos e as vivências são extremamente dinâmicos. Aprisioná-los em esquemas - ou até mesmo em palavras – geralmente rouba deles essa dinâmica: entre o adolescente, a família, a escola e a turma, existem um movimento constante de vai-e-vem, de formação-e-transformação, de faz-e-refaz, sem fim! Se perdermos isto de vista, perderemos, juntamente, a própria natureza do ser adolescente.

A escola e os professores devem desmistificar erros e acertos, pois o erro pode mostrar sabedoria, lógica. Transmutar a educação para que escute as camadas mais desprezadas.

O saber docente, assim como o saber discente, nessa perspectiva, deve ser valorizado. Devemos buscar alicerce do ensino-aprendizagem não no mando e nas obediências, mas na transformação do mundo, no acolhimento das diversidades e em invenções.

4.3 Elementos existenciais da adolescência

Optou-se por chamar de “elementos existenciais” aquelas inquietações típicas do adolescente que o tornam, em geral, um filósofo nato: - de onde vim? – para onde vou? – por que eu existo? – o que significam a vida e a morte?

Obviamente, estes elementos (devido à dinâmica de que se descreveu há pouco) também fazem parte do desenvolvimento psicológico mental, emocional e

social do adolescente. Mas têm-se a convicção que em face de sua importância para o jovem, esses itens merecem ser estudados e refletidos posteriormente.

Segundo Siqueira e Tanaka 1988, dentre os problemas de saúde que estão cada vez mais sendo relatados na faixa etária de 10-19 anos, sobressaem aqueles ligados à reprodução. Segundo eles, “tem sido fartamente evidenciado um aumento concomitante de complicações dessas gestações, o que leva, por exemplo, a Organização Mundial de Saúde a caracterizar a gravidez na adolescência como um importante fator de risco” (MORA, 1988, p 35).

Se a gravidez na adolescência é considerada um fator de risco para a saúde da população, cabe aos educadores, lidar adequadamente com as questões da sexualidade e da anticoncepção, por exemplo.

Por estas razões, principalmente, e por muitas outras, é que se torna necessário aprender a “olhar” para os adolescentes – olhar para ajudar, olhar para prevenir e olhar para antever esperanças de um mundo melhor!

5 SEXUALIDADE: CONCEPÇÕES

A sexualidade se constitui um fenômeno humano de uma simplicidade notória, porém a sociedade baseada em dogmas, crenças, folclores e ética costuma colocar a sexualidade como um processo extremamente complexo.

Para Alves (1999),

Sexo é coisa muito simples. Eu explico os essenciais em poucas linhas. (...) Pra se entender o sexo há de se entender a música que ele toca. (...) A música que o corpo quer tocar se chama prazer. (...) Os instrumentos da orquestra-corpo são os seus órgãos. (...) todos têm uma utilidade. Além disso esses mesmos órgãos e membros são lugares de prazer. (...) Entre os órgãos da orquestra-corpo estão os órgãos sexuais. Não há nada de especial que os distingua dos outros. Como os demais órgãos eles são fontes de prazer. Os prazeres do sexo são variados. Vão desde uma sensação muito suave que mais parece uma coceira de bicho-de-pé e que chega a provocar riso, até um prazer enorme, explosão vulcânica, que tem o nome de orgasmo, e que deixa aqueles que por ele passaram semimortos. (...) Mas eles anunciam o fim da brincadeira. (...) Complicados são os pensamentos dos seres humanos sobre ele (o sexo). Os homens por razões que não entendo, passaram a considerar o sexo uma coisa vergonhosa. (p.96)

Apesar da simplicidade do sexo, a sociedade, com seus tabus, não consegue transmitir para os adolescentes o conhecimento adequado sobre a sexualidade. O sexo aparece como algo vergonhoso, impuro, feio, proibido e vários outros sinônimos totalmente opostos à *brincadeira* a qual Alves (*op.cit*) denomina ser o sexo. Será que o sexo deve ser visto dessa maneira e será que a sexualidade deve estar atrelada a essa concepção de sexo, sendo, por via de consequência, proibida e controlada?

A televisão vem trazendo atualmente um forte apelo à sexualidade, deixando muitas pessoas perplexas. Isso pode ser observado através de várias exclamações que são ouvidas comumente na população como: - nesse horário que tanta criança vê televisão tem várias cenas picantes, isso é um absurdo!! Aonde

esse mundo vai parar!... A televisão está jogando fora a moral!... Mas o que a população não percebe é que falar sobre a sexualidade e o sexo é uma estratégia da sociedade capitalista, uma forma de vontade de saber que visa o controle da população.

6 O EDUCADOR NA DIVERSIDADE CULTURAL E RELIGIOSA

Na língua portuguesa, assim como nas latinas, a palavra educar, abrange uma série de ações de contribuição, troca, orientação de limites ou diretrizes que perpassam, desde a educação paterna e materna, como a familiar, institucional, social, profissional. Por vezes, essa indiscriminação traz confusões para os adultos quanto ao nosso papel frente à formação de crianças, adolescentes e jovens. Cabe lembrar, que a educação paterna ou materna, ou seja, a paternagem e a maternagem, assim como a educação familiar, está permeada por emoções e costumes específicos de determinado grupo familiar. É na família, que as formas de relacionamento afetivo e amoroso, valores morais e éticos e hábitos com relação a abordagens de temas “tabus” (como, por exemplo, a sexualidade) são transmitidos de geração em geração. Na maioria das vezes, essa reprodução do modelo de criação é inconsciente, uma mera repetição da forma como se foi criado, daquilo que foi ensinado como certo ou errado, feio ou bonito.

Essas características específicas da educação familiar são responsáveis pela diversidade que há na sociedade: tantas formas de cuidar da casa, das crianças, de cozinhar, de educar, de por limites; tantas orientações morais diferentes, tantas religiões, jeitos de ser da família, enfim, de se comportar. Chama-se isso, o modo de ser da família, enfim, de se comportar. Diz-se que isso é alteridade social. Em instituições religiosas, grupos de amigos, associações e até, em algumas escolas particulares (voltadas a um público específico), essa opção por uma forma X de educação das condutas das pessoas está propositalmente expressa, pois são locais com características próprias, freqüentados por grupos nelas interessados.

6.1 Saberes do educador sexual para as práticas educativas

Pode-se dizer que os saberes dos professores são mecanismos e estruturas configurados a partir de um conjunto de elementos simbólicos que têm relação direta

com a representação, a cultura, a comunicação e a prática social veiculada pelo ensino.

Os saberes do professor têm, portanto, organização, funcionalidade e natureza regulatória interna e externa às ações do sujeito que o agencia e medeiam suas expressões, sua técnica, sua ideologia e “concepção”. Esses saberes são em realidade postos em estado de visibilidade graças ao pressuposto básico da ação e da negociação que o professor estabelece com o passar do tempo, consigo mesmo e com as dificuldades e conquistas adquiridas e superadas no terreno da sala de aula. (GUIRADO, 1997, p.48).

REIS tem a seguinte opinião:

Por fim, entendo que os saberes de professor são organizados e funcionam como recursos estratégicos que auxiliam o professor na constituição identitária de sua profissão e pessoa, na definição de repertórios de ações bastante flexíveis que vão se ampliando ao curso de toda trajetória profissional. Não se pode esquecer da dimensão da criticidade presente nos saberes de professor. (1992, p. 59).

Diante disto, os temas como relação sexual, masturbação, gravidez, Aids ligados à sexualidade afloram na cabeça dos adolescentes de forma natural, modificando comportamentos e despertando muita curiosidade dos jovens, além de outros temas que sejam relacionados aos saberes do educador que devem estar aliados a sua prática docente.

Os alunos descobrem o próprio corpo e o interesse pelo sexo oposto aumenta. Vêm imagens eróticas na televisão, acompanham assuntos referentes a sexo em revistas e jornais. É uma fase para a qual a escola e o educador não podem ignorar ou transferir a responsabilidade aos pais. Mesmo porque a educação sexual na escola não concorre com a recebida da família, mas a complementa.

SAYÃO alerta que:

[...] há importância desses saberes estarem veiculando-se como intermediários entre a tradição e a novidade, entre o passado e o presente. Os professores desempenham um papel importante para informar os estudantes sobre questões relacionadas à sexualidade. Bem-feito, o trabalho pode contribuir para a prevenção de problemas graves, como o abuso sexual, as doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez indesejada. (1999, p. 83).

A educação sexual como tema transversal, preconizado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) não pretende determinar que os assuntos sobre sexualidade abordados tenham caráter normativo. Ao contrário, recomendação é que a escola trabalhe com questionamentos e ampliação do leque de conhecimentos dos alunos, para que tracem seus caminhos. Significa que o professor precisa ficar atento para não entrar na vida particular, na intimidade de cada um. Porém, é fundamental que o debate esteja sempre presente para que os jovens criem condições de formar suas atitudes e opiniões.

Como exemplo desta situação e para acabar com idéias erradas sobre as doenças que as escolas têm tratado, neste caso, a questão da Síndrome da Imunidade Adquirida (Aids) tratada nas falas de Orientação Sexual. O assunto é cercado de preconceitos. A Aids virou um dos temas principais no debate entre professores e alunos. Como até agora não foi descoberta a cura para o mal, o melhor remédio é fornecer informações com vistas a conhecer o problema e saber como previni-lo e encará-lo.

No início da década de 90, a Associação Brasileira Interdisciplinar contra a Aids (ABIA), criou diversos grupos que levam informações sobre a moléstia à comunidade, mostrou dados preocupantes nas escolas: muitos alunos revelaram atitudes preconceituosas em relação a pacientes de Aids. Entre as afirmações, alguns diziam que expulsariam um professor soropositivo e mudariam de escola caso descobrissem que um colega era portador do HIV. (FAVARETTO; MERCADANTE, 2000, p.87).

Por outro lado, as escolas, em conjunto com grupos de apoio, têm apostado na informação para combater a discriminação e explicar as formas de evitar a contaminação pelo vírus.

Para obter bom resultado no trabalho de Orientação Sexual na escola é fundamental que o professor estabeleça uma relação de confiança com a turma. Isso porque o docente é visto como referência para os alunos. Sendo assim, o

mestre deve se mostrar disponível para dialogar e responder às dúvidas para torná-las esclarecedoras.

O professor durante um debate, deve conduzir as discussões, evitando emitir opiniões pessoais que possam ser vistas como modelo a ser seguido e inibam possíveis questionamentos. Se o tema for virgindade, por exemplo, podem-se levantar todos os aspectos e opiniões entre a classe, discutir seu significado para meninos e meninas, pesquisar suas implicações para diferentes culturas e momentos históricos. O professor pode auxiliar na orientação e no desenvolvimento do tema, todavia sem expor opiniões próprias.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – (ID IBID) relacionam uma série de recomendações para postura do professor e da escola no trabalho de Orientação Sexual (OS), tais como: mostrará que o objetivo principal é desvincular a sexualidade dos tabus e preconceitos e como mostrá-la algo ligado ao prazer e à vida, não cabe à escola julgar a educação que cada família oferece aos seus filhos, o respeito à diversidade de valores, crenças e comportamentos é uma atitude a ser estimulada no debate entre educadores e alunos, a escola deve atuar de forma integrada com os serviços públicos de saúde da região; é importante que os alunos conheçam os métodos contraceptivos, suas indicações e contra-indicações.

REIS chama atenção para o seguinte fato:

Nesse item, cabe destacar o uso da camisinha como meio de prevenção da gravidez e da contaminação de doenças sexualmente transmissíveis, especialmente a Aids; é necessária que se trabalhe com informações atualizadas sobre transmissão e prevenção de contágio da Aids, com o histórico das enfermidades, a diferença entre um portador do vírus e uma pessoa que desenvolve a doença e as formas de tratamento, a repetição de conteúdos faz bem aos alunos, porque a sexualidade nas pessoas é despertada em momentos diferentes. (2000, p. 27).

Mas este não é um assunto exclusivo de uma só disciplina, o tema pode, tranqüilamente, ser examinado em diferentes disciplinas. A área de Ciências Naturais trata do HIV (Human Immunodeficiency Virus) e das formas de transmissão e

prevenção. A Língua Portuguesa se vale de textos literários ou artigos de revistas e jornais para socializar informações sobre educação sexual.

Nas aulas de História, podem-se comparar diferentes epidemias em outros períodos, como a peste negra ou a gripe espanhola. Na Matemática, entram dados sobre a epidemia no estudo de gráficos e tabelas. Os países ou as regiões mais afetados e os índices de incidência da doença em diferentes cidades brasileiras integram o estudo de Geografia.

Peças teatrais que versem sobre o relacionamento humano e os cuidados necessários para evitar a infecção pelo HIV (Human Immunodeficiency Virus) podem ser temas de Artes ou de aulas de Educação Física.

Entretanto, sempre é bom alertar que o professor precisa, antes de ensinar, aprender. Quanto mais informação, melhor. Experiências bem-sucedidas em educação sexual indicam que adolescentes corretamente informados apresentam melhora no rendimento escolar, devido ao alívio de tensão e preocupação com questões da sexualidade e ao aumento da solidariedade e do respeito entre os colegas.

Outro fator que merece ser destacado é a necessidade de se incluir temas sobre a sexualidade no currículo aumentou com o crescimento dos casos de gravidez entre adolescentes e o risco de contaminação pela AIDS. As manifestações da sexualidade aparecem em todas as idades e muitas questões são trazidas pelos alunos. Cabe aos educadores desenvolver uma ação crítica e reflexiva sobre o assunto.

A Educação Sexual (ES) deve contribuir para que os alunos exerçam sua sexualidade com prazer e responsabilidade. O tema está ligado ao exercício da cidadania, pois propõe trabalhar o respeito por si e pelos outros, além de garantir direitos básicos como saúde, informação e conhecimento (CALLO, 2000, p.56).

Nas séries iniciais do ensino fundamental, as dúvidas dos alunos são principalmente sobre o que é o relacionamento sexual, como ocorre, as transformações do corpo, a concepção, a gravidez e o parto. Essas dúvidas o professor deve esclarecer de forma direta e são importantes porque permitem a reflexão sobre o comportamento de meninos e meninas.

Por outro lado, o conceito de corpo é diferente do de organismo. Logo, o conceito deve ser compreendido com um todo e integrado e deve incluir, além de sua anatomia e funcionamento, as emoções, sentimentos e sensações de prazer e desprazer, ou seja, as dimensões biológica, psicológica e social.

O professor/educador deve sempre está atento e reconhecer que deve desvincular a sexualidade de tabus e preconceitos, sem acentuar a sua ligação com a doença ou a morte. As informações devem focar a prevenção, enfatizando a distinção entre as formas de contato que envolve risco de contágio e aquelas inofensivas. O melhor momento para tratar do assunto é quando a turma levanta a questão. O professor deve descobrir o que os alunos já sabem e, com o apoio de textos de Ciências, Português outros, deve falar do tema, (CALLO, 2000, p. 59).

6.2 A linguagem do professor

A linguagem deve ser aquela que o educando possa entender. Se um aluno utiliza uma gíria para se referir ao órgão sexual, o professor deve usá-la também, mas deve acrescentar o nome correto. Aceitar o modo do aluno falar ou perguntar e evitar as críticas e gozações que vão inibir e afastar o aluno do professor, diminuindo o interesse pelo assunto, (MARANHÃO, 2000, p.35).

Quando um estudante fizer uma pergunta, o esclarecimento deve ser simples. Caso o professor não saiba a resposta, ele deve dizer que vai pesquisar e que posteriormente trará a resposta adequada. É preciso que o professor atenha-se ao que o aluno perguntar. Grandes explicações se perdem ou geram angústia quando o educando não está preparado.

Almeida (1999) estudioso da área da saúde apresenta sua preocupação sobre a educação nesse contexto:

Neste final de século, a rapidez das transformações sociais e a incerteza são características de um universo científico e cultural complexo, difícil de ser compreendido em sua totalidade. A compreensão da realidade e a ação transformadora enfrentam obstáculos, como a fragmentação e a desintegração do conhecimento, que devem ser objeto de permanente superação. Essa dinâmica atinge o desenvolvimento dos recursos humanos em saúde. (p. 156).

Recomenda-se, também, que o professor acompanhe o ritmo dos alunos que buscam esse conhecimento, porque podem conduzi-lo, descubrem o seu próprio corpo e o interesse pelo sexo oposto aumenta. Vêem imagens eróticas na televisão, acompanham assuntos referentes a sexo em revistas e jornais. É uma fase para qual a escola não deve transferir a responsabilidade para os pais. Mesmo porque a educação sexual na escola não concorre com a recebida da família, mas a complementa.

Os professores desempenham um papel importante para informar os estudantes sobre questões relacionadas à sexualidade. O trabalho bem feito pode contribuir para a prevenção de problemas graves, como o abuso sexual, as DST e a gravidez indesejada.

A educação sexual, numa perspectiva social, deverá ensinar aos alunos a respeitar a diversidade de comportamento relativo à sexualidade, desde que seja garantida a integridade e a dignidade do ser humano, conhecer seu corpo e expressar seus sentimentos, respeitando os seus afetos e dos outros.

Ao atuar como um profissional a quem compete conduzir o processo de reflexão que possibilitará ao aluno autonomia para eleger seus valores, tomar posições e ampliar seu universo de conhecimentos, o professor deve ter discernimento para não transmitir seus valores, crenças e opiniões como sendo princípios ou verdades absolutas, (PCN, 1997, p. 48).

Educador e educandos diretamente envolvidos no processo se vêem permanentemente desafiados por múltiplas exigências. Contudo, os pais, irmãos, amigos, professores, entre outros, terão que se defrontar também com as demandas inevitáveis que surgem dos processos que ampliam a capacidade do adolescente de compreender a si mesmo e ao mundo.

Os educadores na condição de adultos significativos para os alunos, os professores terão condições de se tornar interlocutores confiáveis, resguardando os interesses e a faixa etária dos alunos.

Nesse sentido, o docente necessita refletir a cultura que interfere sobre a corporalidade, com vistas a não somente reproduzi-la. Do mesmo modo, precisa colocar-se no papel de articulador do conhecimento e não posicionar-se como o detentor de uma verdade dada e acabada, (MARANHÃO, 2000, p.38).

Isso poderá ocorrer na medida em que o professor contemple em seu trabalho saberes que oportunizem uma maior reflexão dos alunos sobre o corpo, atribuindo a estes sentidos éticos e estéticos, inspirando experiências que possam ser de fato consideradas como formativas, não as restringindo à prática de movimentos empobrecidos do ponto de vista dos seus significados.

Logo, é fundamental que ele esteja atento às peculiaridades que envolvem a corporalidade no mundo contemporâneo tomando como referência aquilo que se apresenta como o que há de mais relevante em termos de conhecimento e produção cultural.

7 EDUCAÇÃO SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA

Para se estudar a educação sexual do adolescente na escola é importante, que se descreva os conceitos básicos, para situar o tema de modo apropriado. Assim, convém explicitar o que se entende por educação sexual, pois se as idéias não tiverem claras, sem dúvida, surgirão dificuldades na compreensão do tema.

O processo de educação é bastante amplo, abrangente e complexo, compreendendo uma série de fases. Dentro dessa amplitude, que obrigatoriamente envolve o assumir uma série de atitudes, faz-se necessário que o educando também assuma comportamentos ligados à esfera da sexualidade, desempenhando um papel sexual. Educação Sexual seria, dentro desse amplo conceito, a parte do processo educativo, especificamente, voltada para a formação de atitudes referentes à maneira de viver a sexualidade.

Muitas vezes, pergunta-se, por exemplo, qual seria a causa de ainda existirem tantas gestações indesejadas e tantas doenças sexualmente transmissíveis na população jovem, em especial na adolescência, embora o uso de métodos anticoncepcionais é na atualidade tão seguro, e o preservativo condom, conhecido como “camisinha” é tão simples, barato e bastante conhecidos.

Em face da diversidade do tema é complexo explicar o paradoxo exemplificado. Constata-se que não se trata apenas de falta de informação nem exclusivamente se falta de acesso ao uso desses métodos. O que falta é uma atitude, é um comportamento coerente de utilizá-los.

Atitude pode ser definida como sendo a disposição que uma pessoa tem para agir de forma favorável em relação a uma situação particular, logo esta ação depende não só de conhecimento, mas, também, da forma como se percebe os fatos expressos por esse conhecimento. É da interação entre as pessoas que se origina a maneira de agir, o comportamento de cada indivíduo, pois a maneira de pensar de cada um depende muito de suas vivências e da maneira como se processou seu aprendizado social.

Mediante o relato a seguir exemplifica-se como estes fatos ocorrem no cotidiano humano: alguém teve uma experiência negativa com o uso de um método anticoncepcional, ou se recebeu informações sobre efeitos desagradáveis de pessoas que estima e admira. O conhecimento e a vivência experienciada terão um sentido particular para a pessoa. Com base nessa maneira de sentir é que a pessoa vai estruturar seu pensamento acerca do método de prevenção de sexo seguro e, em particular, até mesmo da anticoncepção em geral.

Não se deve esquecer que além do conhecimento, um processo que ocorre a nível consciente e racional, entra em jogo as crenças, que muitas vezes atuam no campo do irracional e até mesmo no e do inconsciente. Enquanto o conhecimento apela para a lógica, a crença é baseada na aceitação acrítica de algo como sendo verdadeiro, independentemente de comprovações racionais.

Os valores pessoais, que se constituem uma espécie de elaborador de conduta humana, dependem dos conhecimentos relativos as crenças, Logo, quando se valoriza alguma coisa - como a virgindade - tende-se a modelar a vida de acordo com este padrão de conduta, exigindo que as outras pessoas valorizem as mesmas coisas.

Além do conhecimento, entra também na formulação das atitudes um forte componente afetivo, isto é, o sentimento ou reação emocional que um indivíduo apresenta com relação a um objeto ou situação.

Torna-se importante averiguar como o adolescente pensa no tocante a anticoncepção em relação a educação sexual. O que o jovem pensa e sente é a energia propulsora de sua forma de agir.

A educação não pode se constituir só em informação, que é apenas um dos seus componentes. A amplitude do tema requer vivência, princípios éticos, sociais e humanos, entre outros. Pontos da mesma natureza. A educação, que compreende a modificação de atitudes, é algo bem mais abrangente. Não é apenas fornecendo informações sobre a sexualidade que se consegue alterar os comportamentos das pessoas, pois conhecendo muitos fatos sobre sexualidade, contraceptivos ou métodos de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, as pessoas podem continuar a não usá-los. Aliás, para demonstrar que a mera informação não tem o poder de mudar comportamentos. Tal assertiva se consolida ao se lembrar que, apesar de saber dos malefícios do tabagismo - exaustivamente divulgados - muitas pessoas (até médicos e educadores) continuam fumando.

Não resta dúvida que a informação é importante no processo educativo, uma vez que pela ação pedagógica obrigatoriamente passa, mas não para limitar, mas para a reflexão e o questionamento dos acontecimentos e fatos. O processo educativo deve propiciar um crescimento de dentro para fora, num processo reflexivo, enquanto que a instrução é processo de aposição, em que o informando tem aumento dos seus conhecimentos, sem que apenas com isso assumam novas atitudes e comportamentos. Ao informar se está apenas transmitindo conhecimentos, que não serão necessariamente utilizados. Na ótica do educamos, entretanto, tal procedimento está se preparando o educando para a vida e despertando o potencial de humanização. Santo Tomás de Aquino (apud VITIELLO, 1995) dizia que educação não é algo que se transmita ao aluno, mas sim algo que nele se desperta.

Nesta perspectiva, a educação sexual, vista como algo autônomo, seguramente não existe, pois o conceito que estamos explicitando de educação é amplo, ou seja, nas vertentes: formal, não formal e informal, por conseguinte é multifacetada para ser assim setorizada.

Ressalta-se que embora pareça óbvio, evidentemente, existe um componente sexual na educação, que deve ser compreendido como uma figura de retórica.

A educação sexual é a preparação do indivíduo para a vida sexual, importa agora refletir sobre os seus objetivos, pois quem educa o faz com uma determinada finalidade, haja vistas que por trás de todo processo educativo existe uma ideologia, isto é, existem objetivos que se quer alcançar.

A educação, secularmente, tem sido utilizada pelos detentores do poder com a finalidade de se perpetuarem e conseguir melhor exercê-lo. Nos regimes políticos mais democratizados, os gestores esforçam-se (ou ao menos deveriam se esforçar) para, através da educação, perpetuar o sentimento e a vivência das liberdades democráticas. De qualquer maneira, a educação pode ser usada para fins políticos, o que, na história da humanidade, é muito conhecido.

A educação tem sido usada, também, com finalidades religiosas ou sociais, ainda que com o risco de ser utilizada apenas para moldar as pessoas dentro de rígidos padrões culturais, aceitos por um grupo dominante na sociedade em particular. A educação sexual na vertente religiosa é extremamente sufocante e, as vezes, infelicitante, não permitindo a contestação de valores e robotizando as pessoas.

No entanto, a educação deve visar um processo de socialização e, ao mesmo tempo, preparar os indivíduos para assumirem o ônus dos processos de mudança, quando esses se fizerem necessários, o que seria uma posição equilibrada.

A educação autêntica deve ter um aspecto socializador, na medida em que prepara o indivíduo para viver em uma determinada sociedade. Ao mesmo tempo, entretanto, deve dotar a pessoa de procedimentos que permitam as mudanças culturais que se tornarem necessárias, aumentando sua capacidade crítica, para que seja capaz de, quando necessário, abandonar padrões e recriar a sociedade em moldes mais adequados.

7.1 Abordagens de educação sexual

Existem inúmeras concepções de educação sexual, no contexto deste estudo, explicitar-se-á 4 grandes modelos de enfoque, que foram e ainda são utilizados pela literatura sobre esse tema. Trata-se das abordagens: demográfica, médica, feminista e humanista. (VITIELLO, 1995).

I) abordagem demográfica: baseado nas doutrinas malthusianas e neomalthusianas, prioriza os aspectos relativos ao ensino dos métodos de controle da natalidade. Embora não seja meramente repressor, este modelo é freqüentemente utilizado como meio de exercer repressão sexual. Nota-se, aliás, que o ônus e os riscos inerentes às práticas anticoncepcionais recaem de um modo geral sobre as mulheres, sendo exercido até mesmo como uma forma de controlar a sexualidade feminina.

II) abordagem médica: enfatiza a necessidade de que se ensine aos jovens a importância dos procedimentos ligados à preservação da saúde. Existem nessa abordagem os projetos educativos que visam as doenças sexualmente transmitidas, em especial, a prevenção da AIDS. Esta proposta de Educação Sexual também é utilizado como forma de repressão sexual, tendo-se em vista que torna o exercício da sexualidade algo de arriscado e ameaçador. Se no antigo modelo religioso repressor da sexualidade, o sexo era associado ao pecado, nesse modelo o sexo é associado à morte.

III) abordagem feminista: prioriza a busca da equidade de gênero, buscando dar a mulher maior liberdade a sua sexualidade e lutar contra os preconceitos que pesam sobre elas. Em seus arquétipos (imagens psíquicas do inconsciente coletivo) mais radicais transforma a luta pela igualdade numa luta pela superioridade feminina. As vertentes socialistas desta abordagem, os estudiosos equiparam a luta pelos direitos da mulher com a luta de classes, identificando no capitalismo um inimigo tão virulento quanto o machismo.

IV) abordagem humanista: coloca o processo educativo como meio de conseguir a felicidade, priorizando o sexo prazeroso e sem vítimas, isto é, sem que se provoque

danos aos outros nem a si mesmo. É o enfoque que considerado como o mais correto pelos educadores e sexólogos.

Por conseguinte, a educação sexual deve ter o objetivo de promover a felicidade, ao preparar as pessoas para usarem de maneira responsável sua liberdade, sendo assim um agente de promoção da felicidade individual e coletiva. A formação sexual deve estar a serviço do indivíduo e da sociedade.

Em face do exposto, a educação sexual não deve manter-se dentro dos estreitos objetivos de evitar gestações indesejadas ou doenças sexualmente transmissíveis, - embora importantes - mas sim promover a felicidade sexual das pessoas. Deve-se educar para uma liberdade responsável, que faça com que o indivíduo não busque apenas seu prazer pessoal, mas respeite a liberdade sexual, os limites e a integridade do outro. Dentro desse enfoque, promover a reflexão sobre os preconceitos urge evitar a AIDS e as gestações indesejadas serão conseqüências naturais.

Nesta perspectiva, a educação sexual deve estar voltada para o amor, não entendido simplesmente como mera atração física pelo outro, e nem mesmo como um amor romântico, que se conforma apenas em dar.

O amor deve ser compreendido como um sentimento maduro, como uma interação do dar e receber, amar e se amado, enfim, como uma forma de comunicação e troca bilateral. Amor que dignifica e torna mais prazeroso o exercício da sexualidade; esse amor deve ser o alvo e a finalidade da preparação e da motivação que envolve a educação sexual.

Após a descrição destas concepções, torna-se oportuno analisar qual o segmento social que deverá assumir a responsabilidade pela educação sexual a ser ministrada de maneira formal, não formal e informal de maneira espontânea, sem planos rígidos e estabelecidos padrões de conduta, mas que poderá ser propiciada pela família, por outras estruturas sociais e as religiões, por exemplo. Nesse tipo de educação busca-se que as pessoas passem a ter um comportamento assumido por imitação ou racionalidade crítica, sem entrar na discussão o mérito desse tipo de educação, isto é, se é boa ou má, certa ou errada, e nem mesmo questionar o seu

valor intrínseco. O fato é que, todos ser humanos é submetidos ao desenvolvimento da sexualidade, embora se queira ou não. A família, em geral, por ação ou omissão sempre educa sexualmente as crianças.

Na atualidade, os meios de comunicações de massa – notadamente a televisão - tem tido um papel importante como formadores dos mais diversos comportamentos e opiniões, inclusive sexuais, tendo por isso destaque nesse tipo de educação assistemática. Por outro lado, a educação sexual formal, intencional é a que é fornecida pelo sistema institucionalizado de educação, seja a pré-escola, o ensino fundamental e médio ou pela Universidade, enfim, por qualquer das instituições de ensino formalizado.

Nesse modelo se observam características de intencionalidade, além de estratégia de ordenação gradativa de conhecimentos e a utilização de uma tecnologia educacional adequado as peculiaridades da educação sexual.

Uma outra modalidade de educação sexual seria a educação não-formal que é considerado o meio termo entre a educação formal e informal. A educação não-formal ministra conhecimentos que, embora intencional, é promovida por estruturas que não fazem parte do sistema institucionalizado de educação, sendo oferecida através de conferências, cursos ou palestras para grupos interessados pelo tema.

Estas modalidades educativas são coexistem, apesar de terem creditações diferenciadas.

Tem-se a convicção que a melhor educação é a que é propiciada pelos pais, pois nenhuma estrutura social consegue atuar tão precocemente com adultos tão significativos, por tanto tempo a de forma tão importante sobre o ser humano na fase de formação da personalidade, como a família. No entanto, como regra geral, os pais tem notória dificuldade em falar de sexo com os seus filhos, embora possam ter facilidade para dar esclarecimentos e orientações, I liberais e liberalizantes, para os filhos dos outros. No momento de ensinar aos próprios filhos surge a inibição. São dificuldades de cunho cultural, que somente serão superadas com muito esforço pessoal e grandes esforços internos pois os adultos são inegavelmente filhos do

meio e da época em que vive, sendo ao mesmo tempo agentes e vítimas dos preconceitos sexuais vigentes na sociedade.

Assim sendo, pelas dificuldades enfrentadas pelos pais, os profissionais da saúde, educadores e demais agentes sociais são obrigados a se valer do ensino formal, que parece ser, a médio e a longo prazo, a solução mais viável nesse momento histórico da sociedade brasileira.

No limiar deste Terceiro Milênio, as pessoas estão tendo sua iniciação sexual cada vez mais cedo. Se os gestores da educação sexual desejam eficiência e eficácia, nesta área do conhecimento, devem atuar de forma preventiva, devendo instituí-la precocemente, motivo pelo qual deve ser priorizado o ensino fundamental.

A metodologia a ser utilizada em educação sexual, como em áreas afins, é preferivelmente o ensino participativo, através das dinâmicas de grupos e discussões cujos temas devem ser escolhidos pelos educandos, que têm necessidades de conhecimentos diferentes daquelas que os adultos, julgam como prioritários.

Diante desta realidade, indaga-se: quem pode preparar adequadamente os educadores da sexualidade humana? Quem educa o educador?

Este parece ser o ponto mais preocupante para o delineamento do cenário da formação profissional pelos estudiosos da sexualidade humana em face das várias percepções e abordagens empíricas e científicas uma vez que o assunto é multifacetado. Implementar e implantar a formação sexual dos alunos nos cursos profissionalizantes é muito pouco (ou talvez nada) uma vez que os professores ensinam sexualidade mediante os preceitos mais básicos da anatomia, fisiologia e do comportamento atípico. Nesse sentido, a participação na formação desses educadores é de enorme relevância.

A educação sexual nas escolas não deve, ou, não deveria se constituir em uma disciplina com provas, mas sim ser propiciada por um professor especialmente competente e habilidoso (PERRENOUD, 1999). Como educador deve adotar a

discussão participativa dos problemas ligados à sexualidade humana, sem assumir postura de julgador do que é “certo” ou “errado” em matéria de sexo.

A metodologia mais apropriada à educação sexual deve ter as seguintes características: participativa, dialógica, embasada na realidade sócio-cultural dos alunos, infimista; desenvolvida com criatividade, adotando-se procedimentos da educação lúdica com adequação própria a idade e ao desenvolvimento sócioeducativo dos educando, mediante a facilidade de interagir e contactar com jovens, além de abertura intelectual, moral e afetiva com tolerância e conhecimentos adequados. Vejam, portanto, como (VITIELLO, 1995) expõe cada modalidade de ensino que deve se adequar a formação sexual para que essa seja incrementada:

a) participativa: deve haver comunicação horizontal entre todos os participantes, tendo todos os direitos iguais de serem ouvidos e terem suas dúvidas discutidas. O ensino tradicional, baseado em duntas exposições teóricas, onde um (professor) ensina aos outros (alunos) a aprendem, é um procedimento didático reconhecidamente incapaz de promover mudanças de comportamento. Por isso, tanto os cursos de formação de educadores quanto os de educação sexual devem se lastrear em técnicas de dinâmicas de grupo;

b) dialógica: o núcleo de atenção dessa metodologia deve ser o livre diálogo, sendo todos os aspectos dos temas discutidos com ampla participação. Deve-se partir do princípio de que todos, inclusive o “educador”, tem algo a ganhar com o diálogo.

c) baseada na realidade sócio-cultural: as situações devem ser apresentadas e analisadas dentro de um contexto sócio-cultural em que se valorize o cotidiano dos participantes. Assim, cada programa para educação sexual deve ser formulado após o conhecimento da realidade em que a comunidade alvo está inserida. Em outras palavras, de nada adiantam as fórmulas “prontas”, importadas de outros meios sociais.

d) desenvolvida com criatividade: - não devem existir fórmulas prontas, mas, sim, um roteiro genérico onde irão se inserindo, com criatividade, soluções para situações emergentes das discussões.

e) infimista: - todos os participantes devem ter suas vivências pessoais compartilhadas, sem censura e sem julgamentos. Evidentemente, como em qualquer processo educacional, devem ser colocados limites. Estes, no entanto, devem ser explicitados quando se formulam as bases do que será o “contrato didático” entre as partes.

f) lúdica - é necessário que se acentue o lado lúdico da educação. É importante que fique claro que o ganho de conhecimentos e o desenvolvimento de atitudes não precisam ser um processo aborrecido e desagradável. Deve-se lembrar sempre que se pode dizer sisudamente grandes asneiras e que, sorrindo, também, podem-se expressar grandes verdades. Importa, ainda, realçar que a educação sexual somente alcançará o máximo de seus objetivos se a escola, como uma instituição, se dedicar a educação sexual. Os multiplicadores dos conhecimentos sobre a sexualidade humana devem conter conhecimentos teórico-práticos e os demais participantes do grupo social, do porteiro ao diretor. Além disso, para maior alcance dos objetivos são recomendáveis reuniões prévias com grupos de pais, que ao serem devidamente esclarecidos, na imensa maioria das vezes, vêm com entusiasmo (e até mesmo com certo alívio) a iniciativa. Dentre os atributos desejáveis para um educador sexual, destaca-se:

l) adequação sexual própria - tipo de preferência ou modelo de exercício sobre a sexualidade não devem ser tão importante ao professor, desde que o procedimento didático esteja adequado e esteja sentindo-se feliz. No entanto, não deve apresentar um modelo particular como o único correto aos seus educandos. Essa adequação pode ser encontrada até mesmo em pessoas com os denominados desvios sexuais, como os homossexuais, por exemplo, ou entre indivíduos que, por convicções religiosas se abstenham de relações

sexuais, como os padres da igreja católica. Desde que o educador esteja satisfeito com sua própria sexualidade e não tente impô-la aos outros, ele está qualificado, para exercer uma educação sexual adequada. Deve, ainda, ter a coragem de refletir seus próprios tabus e preconceitos, reconhecendo suas falhas.

II) facilidade de contato com jovens - os professores devem realizar curso de educação continuada para promover a educação sexual em suas aulas, pois esse tipo de conhecimento é o mais procurado pelos alunos para um conselho ou esclarecimento em qualquer que seja a disciplina que é ministrada. O simples fato de ser alvo de confiança dos jovens já demonstra possuir credenciais que o capacitam para exercer a atividade de educador sexual, devendo apenas ser adequadamente formado para tal fim.

III) abertura intelectual, moral e afetiva - é fundamental que o profissional que se disponha a ministrar educação sexual tenha abertura suficiente para não arrogar o direito de julgar o que é certo ou errado no comportamento alheio, reconhecendo que ninguém é dono de verdades absolutas e eternas. A capacidade para amar o trabalho e os jovens sob sua orientação é uma valiosa qualidade, que deve ser prezada, preservada e até estimulada. Assim, é fundamental que o educador tenha sua adolescência perto de si - qualquer que seja sua idade cronológica - e que conserve sua capacidade de amar.

IV) tolerância - conseguir conviver com modelos de comportamento diferentes do seu, conseguindo compreendê-los e aceitá-los é fundamental para que não se julguem, a priori, erradas outras formas de exercício da sexualidade. Deve o educador, por isso, cultivar em alto grau a tolerância, furtando-se do julgamento fácil.

V) conhecimentos adequados - propositalmente este item ficou para o final, não por julgá-lo menos importantes, mas sim por ser o de mais fácil aquisição, haja vistas que, atualmente, é fácil conseguir acumular

conhecimentos corretos sobre aspectos diversos da sexualidade. Julgam-se como o mais problemático o aspecto de como utilizar e como vivenciar esses conhecimentos. Por isso, não é obrigatório, como habitualmente se pensa, que o melhor professor para fazer educação sexual seja sempre o de biologia, uma vez que está freqüentemente comprometido com os aspectos biológicos da sexualidade. É preferível, para exercer essa atividade, uma pessoa que tenha uma visão holística do tema, porque se o sexo é biológico, a sexualidade é, sobretudo, cultural e afetiva. É evidente que existem professores de biologia que tem essa visão, sendo excelentes educadores sexuais, o que se quer dizer, no entanto, é que a educação sexual pode ser exercida por professores de qualquer formação acadêmica. O importante é que os professores de qualquer que seja sua área de atuação (matemática, línguas, educação física ou outra qualquer) recebam as informações adequadas para que possam exercer bem as atividades de educadores sexuais.

8 A REALIDADE SEXUAL DE ADOLESCENTES NO BRASIL

A prática sexual entre adolescentes é ampla e deve ser considerada para todas as políticas que envolvem este público, tanto de educação, como de saúde. Segundo a UNICEF, 33% dos adolescentes antes de 18 anos já tiveram relação sexual.

Cabe lembrar que entre adolescentes, essa prática do sexo, como é recriminada, tende a ser escondida e dificultosa, o que leva a uma série de situações de risco, vividas pelo jovem:

- risco de ser descoberto: como a sociedade proíbe ou recrimina o sexo nessa faixa etária, ele tende sempre a ser “repentino”, feito quando, onde e como dá, expondo os jovens a um não planejamento do lugar, do espaço, das condições de privacidade e, até, de segurança onde ele acontece. Isso ocorre juntamente com o medo e com a insegurança de ser “pego” por adultos, principalmente familiares, que os obrigam a criar situações onde a ocorrência da burla e da mentira são constantes;

- risco de engravidar: lembrando que o uso de métodos contraceptivos de prevenção à gravidez é algo que se aprende, toda essa falta de planejamento e troca de informações com adultos dificulta o seu uso. Meninas não podem antecipar a sua utilização, pois culturalmente isso demonstra que são “fáceis” ou “galinhas”; meninos, da mesma forma, são instruídos a não desperdiçar relações sexuais, têm que encará-las “porque são machos”, independente de portarem ou não formas de prevenir a paternidade; a cultura ensina que devem confirmar sua condição de homens através da prática sexual. Assim, boa parte dos jovens não planeja, não porta e nem dispõe com facilidade da prevenção contraceptiva. Após

algumas situações de risco, que muitas vezes geram gestações ou abortos e muita tensão, adotam finalmente o uso de algum método, normalmente por si mesmos, pela experiência de risco-tentativa - falha-medo e, finalmente, prevenção; risco de pegar doenças e aids: fora assumir a prática sexual e ter que aprender e realizar a prevenção da gravidez, os jovens hoje têm uma preocupação a mais do que as gerações anteriores: prevenir as DST e a aids. Portanto, precisam (e nem todos chegam a esse ponto), adquirir a noção de auto-cuidado, risco de DST e da necessidade de usar preservativos. Esse cuidado quase sempre surge depois que já foram resolvidas as duas preocupações anteriores consideradas mais emergenciais (as de ter sua prática sexual descoberta e de engravidar).

Entre os jovens menores de 19 anos, 65,2% declararam ter usado preservativo em sua primeira relação sexual. Essa escala de riscos e o processo de aprendizado das noções de prevenção revelam a exposição dos jovens aos problemas constatados atualmente.

Apesar da maior adesão ao uso de camisinha na primeira relação sexual (apontado por 65,2% dos jovens brasileiros segundo o Ministério da Saúde), a prática sexual sem o uso de qualquer contraceptivo, ainda ocorre para muitos e se perpetua e costuma ocorrer antes, nos primeiros 6 meses, após o início da prática sexual. Isso explica porque a UNICEF constatou que 16% das adolescentes haviam engravidado, 13% tinham filhos e, das com vivência de gestações, 29% haviam tido algum aborto.

Contra todos esses fatores que vulnerabilizam o jovem, a existência de atividades educativas têm se mostrado promotoras de um grande impacto na mudança de comportamentos preventivos da população, inclusive de jovens. As campanhas de prevenção à Aids têm contribuído para manter o número de casos da doença mais ou menos estável no Brasil e, ao mesmo tempo, propaga a disseminação das situações de risco e ao mesmo tempo socializa amplamente o uso da camisinha masculina.

Segundo a UNICEF (2008), quem mais utiliza preservativos são os jovens, 51% adotam o método, número ainda aquém do desejado, mas bem superior às

faixas etárias acima dos 35 anos. Mesmo assim, no Brasil, tirando as infecções de Aids e pelo fato de 85% das mulheres usarem algum método contraceptivo (incluindo a camisinha masculina e feminina) o total de gestações, ou seja, 50% são gestação ou infecções sexuais não-planejadas, em todas as faixas etárias.

Por esse motivo, uma grande porcentagem, estimada em 1.000.000 gestações por ano, termina em abortos provocados, motivo de mais de 200.000 internações anuais em hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Essa situação, além de trazer desperdícios dos recursos da Saúde que poderiam estar sendo investidos em atividades de prevenção, apontam os riscos efetivos a que as mulheres que os realizam estão expostas, visto que vários casos terminam com a morte da gestante.

Todos esses dados confirmam a grande vulnerabilidade a que os adolescentes estão sujeitos: dos bebês nascidos vivos, 22,63% são filhos de mães entre 15 e 19 anos; o crescimento dos casos de Aids está ocorrendo na faixa entre 15 e 24 anos, ou seja, entre pessoas que se contaminaram na adolescência, principalmente meninas.

Os jovens que apresentam o despertar do desejo e a busca do sexo precisam adquirir aprendizado e suporte das práticas preventivas que essa situação se alastrem, ocasionado surtos de várias doenças sexualmente transmissíveis, entre elas: hepatite B, gonorréia, sífilis, HPV, herpes, entre outras da mesma natureza.

9 CONCLUSÃO

A educação sexual ou da sexualidade nas escolas devem estar inseridas nos projetos pedagógicos curriculares, fazendo parte deste documento os conteúdos programáticos que continuam sendo um dispositivo que pode estar sendo incluído entre as técnicas de controle e transformação dos riscos sexuais ocorridos por falta de informação científica, criteriosa e educativa. O poder público, mediante políticas e programas de educação sexual demonstra opção pela valorização da prevenção das doenças sexualmente transmitidas e da gravidez na adolescência ou fora de “época”.

Em geral, a educação sexual ocorre pelo exaustivo tratamento biológico das questões relativas à sexualidade, como se estas fossem pertencentes apenas a esse âmbito e como se o prazer fosse inexistente. A satisfação pessoal, conforme o pensamento dominante na sociedade brasileira se daria apenas pelo consumo e, por isso, o sexo e suas conseqüências (filhos e doenças) seriam empecilhos à satisfação.

A sexualidade não é apenas negada ou subtraída na sociedade, como podem fazer crer mediante os discursos dominantes. A sexualidade constitui um processo de desenvolvimento e de controle e, por isso, é preciso conhecê-la e nela exercer impedir o seu encobrimento ou seu falso encobrimento.

Durante o decorrer desse trabalho, apresentaram-se muitas indagações a respeito do controle social, principalmente na concepção enfatizada pelos professores-coordenadores das escolas de que a sexualidade é algo pertencente ao campo do biológico e nas afirmativas e respostas dada pelos alunos com relação a uma sexualidade científica e proibida socialmente.

Os professores, muitas vezes, designam o que acham que os alunos devem ou que não devem saber pela sua adequação ou não ao que ministram. Essas designações representam novamente o controle da vontade de saber pelo professor e pela sociedade que indica o certo e o errado, o permitido e o proibido, o que deve ser escondido e o que deve ser aparente. Os alunos percebem esse controle e, assim, assimilam o que devem fazer e dizer na escola e o que é mais adequado para falar e fazer escondido da escola, da sociedade e da família.

O que os alunos realmente querem saber e fazer (curiosidades reais), na maioria das vezes, não se apresenta na escola, e sim de forma mais intensa em meios que escapam à disciplina, como os cadernos de pergunta pesquisados que falam da sexualidade de uma maneira não exclusivamente biológica, mas interligada aos relacionamentos e conhecimento do outro, às emoções, aos sentimentos, ao prazer e mesmo à dor.

Isso não significa que os alunos não queiram informações biológicas, mas que não querem somente estas que são dadas distanciadas do contexto de suas vidas. Os não-ditos são procurados nas informações colhidas na vida e nos relacionamentos que têm, por isso são buscados não somente na escola, um espaço onde não se interligam a informação biológica com a busca do outro e com a vida em si.

Verifica-se que, mesmo dentro do mecanismo de controle da sociedade, a escola consegue oferecer alguma resistência com relação a essa negação do sexo e do prazer. Essa resistência se apresenta na existência de atividades das escolas públicas, onde os adolescentes não se apropriam de informação científica e em outras atividades que vão além das perguntas e respostas que a sociedade espera que sejam efetuadas no contexto escolar.

Apesar de encobrir certas questões a sociedade representa um caminho para que o silenciamento do sexo na escola seja quebrado. Caminho que pode desembocar em um contexto em que o encobrimento ou falso encobrimento não sejam necessários, pois o controle social se representará mais objetivo e perto da sociedade.

Concluído o estudo, têm-se a convicção que a finalidade prevista para a consolidação da monografia se consolidou. Os objetivos foram operacionalizados em oito unidades de estudo que foram descritos de conformidade com os preceitos da metodologia científica, das recomendações da UFC/CETREDE e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. *E aí? Cartas aos adolescentes e a seus pais*. SP: Papirus, 1999.
- ALMEIDA, Márcio. (1999) *Educação Médica e Saúde: Possibilidades de Mudança*. Londrina: Ed. UEL. Rio de Janeiro: ABEM, 1999.
- BRAGHIROLI, Elaine, et al. *Psicologia geral*. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2010.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, pluralidade cultural, orientação sexual*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. (Volume 10).
- BRASIL. Lei Nº. 8.069, de 13 de junho de 1990. Dispõe sobre o *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Fortaleza, Governo do Estado do Ceará, 1991.
- CALLIGARIS, C. *A adolescência*. Série: Folha Explica, n. 4. São Paulo: Publifolha. 2000.
- CARNEIRO, Moacir Alves. *LDB fácil leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo – Petrópolis, 5ª edição, Rio de Janeiro ed.Vozes, 1998*.
- CAVALCANTI, R. C. *Adolescência*. In Vitiello, N. et al. (org.). *Adolescência Hoje* 3. ed. São Paulo: SEXUS, 1987.
- CAVALCANTI, RC. *Saúde sexual e reprodutiva ensinando a ensinar*. Fundação The Pathfinder Fund e The Moriah. 1991.
- COMBETTA, Oscar Carlos. *Planeamiento curricular*. Buenos Aires. Losada, 1971.
- COSTA, Jurandir Freire. *Sexo e amor em santo agostinho*. IN: *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- COSTA, M. organizador. *Amor e sexualidade: a resolução dos preconceitos*, São Paulo: Gente, 1994.
- FRADE, Fernando.– “*Educação sexual na escola – Guia para professores, formadores e educadores*”. Coleção Educação Hoje. Texto editora, 1999.
- FAVARETTO, J. A., MERCADANTE, C. *Biologia*. São Paulo: Moderna, 2000. Coleção Base.
- FOUCAULT. *História da sexualidade - a vontade de saber*, Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FIGUEIREDO, Regina. *Prevenção às DST/Aids em ações de saúde e educação*. São Paulo, NEPAIDS/USP, 1999.

GALLO, Silvio. Disciplinaridade e transversalidade. IN: *Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender*. 10^o. ENDIPE. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GUIRADO, Marlene. *Psicologia da educação*. São Paulo: EPU, 1997.

DEUS, Rodrigo Moita de. – *Sexualidade – um guia para pais e educadores*. São Paulo: ed. Vozes, 1998

MANUAL DE APOIO A EDUCADORES. *Prevenção de DST/Aids*. ed. revista atualizada, Rio de Janeiro: BEMFAM, 1998.

MARANHÃO, Helena Ponce. *A diversidade e seus sentidos nos parâmetros curriculares nacionais (5^a a 8^a séries do ensino fundamental)*. Rio de Janeiro: ANPED: 2000.

NUNES, César. O estatuto epistemológico dos discursos contemporâneos sobre sexualidade: re-aproximações histórico-filosóficas necessárias e algumas considerações analíticas impertinentes. IN: *Perspectiva: revista do Centro de Ciências da Educação*. Florianópolis: Editora UFSC: NUP/CED. jul-dez 1999.

PROGRAMA NACIONAL DE DST E AIDS. “Dados e pesquisas em DST e Aids”, s/d. Disponível em <http://www.aids.gov.br> – acessado em 11/05/2010.

REIS. (Re) *invenção da escola pública* : a sexualidade e a formação continuada dos jovens professores. Projeto de pesquisa. Mimeo, UNI-RIO, 1999.

REIS, Maria Amelia G. de S. *A sexualidade, o ensino de ciências e saúde nas escola pública pela busca do exercício da cidadania*. Dissertação de mestrado, UFF. 1992.

_____. *Sexualidade nas Ciências Humanas tempos e lugares*; capítulo 1 da tese de doutoramento, 2000.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org.) *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1999.

TABA, H. *Sumário de didática geral*. Rio de Janeiro: ed. Aurora, 2005.

UBERTI, Luciane. *A sujeição moral do infantil-cidadão no currículo nacional*. ANPED: 2000, p.34.

UNESCO. *Planificação da educação*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.

VITIELLO, Nelson. *A educação sexual necessária*. São Paulo: REVISTA BRASILEIRA DE SEXUALIDADE HUMANA. v. 6, n. 1 – Jan / Jun, 1995.